

RECLAMAÇÃO Nº 39.235 - PR (2019/0331130-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECLAMANTE : COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO DO NORTE DO PARANA E SUL DE SAO PAULO - SICREDI NORTE SUL PR/SP
ADVOGADOS : MARCIO RODRIGO FRIZZO - PR033150
VINÍCCIUS FERIATO - PR043748
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : JOAO CARLOS BLUM
ADVOGADO : JAQUELINE BLUM - PR057162

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido de liminar, com fundamento no art. 989, II do CPC/15, ajuizada por COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NORTE DO PARANÁ E SUL DE SÃO PAULO - SICREDI NORTE SUL PR/SP, na qual sustenta que a TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO PARANÁ, por ocasião do julgamento de recurso inominado, afrontou o entendimento do STJ no sentido de que "a inexistência de comprovação de falha na prestação de serviço bancário afasta a responsabilidade civil" (e-STJ fl. 09).

É O BREVE RELATÓRIO. DECIDE-SE.

A Resolução STJ 12/2009, que previa o cabimento de reclamação para esta Corte com o fim de examinar divergência jurisprudencial entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a jurisprudência do STJ, foi expressamente revogada pela Emenda Regimental 22, de 16/03/2016.

Ademais, na apreciação de questão de ordem suscitada no julgamento do AgRg na Rcl 18.506/SP, a Corte Especial aprovou a Resolução STJ n. 3/2016, a qual prevê que, a partir de 7 de abril de 2016, as Câmaras Reunidas ou a Seção Especializada dos Tribunais de Justiça passam a ser competentes para "*processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão*

Superior Tribunal de Justiça

prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes".

Desse modo, considerando que a presente reclamação foi protocolada quando já em vigor a Resolução STJ 3/2016, não mais subsiste a competência do STJ para sua apreciação.

Forte nessas razões, determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, ao qual está vinculada a Turma Recursal, para os fins de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora